



Prefeitura de
Fortaleza

SECRETARIA DE SEGURANÇA CIDADÃ - SESEC
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPOG
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - COMISSÃO EXECUTIVA DO VESTIBULAR

CONCURSO PÚBLICO PARA OS CARGOS DE GUARDA
MUNICIPAL, AGENTE DE DEFESA CIVIL E
AGENTE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

**CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL
GUARDA MUNICIPAL
PROVA FINAL DA 1ª TURMA**

Duração: 4 horas
Início: 09 horas Término: 13 horas

Após receber o seu **cartão-resposta**, copie no local apropriado, uma vez com **letra cursiva** e outra com **letra de forma**, a seguinte frase:

Boas ações enobrecem o ser.

ATENÇÃO!

Marque, no local apropriado do seu CARTÃO-RESPOSTA, o número 2, que é o número do gabarito deste Caderno de Prova e que se encontra no rodapé de cada página.

INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

1. A Prova Final, com duração de 4 horas, perfaz o total de 120 (cento e vinte) itens que deverão ser julgados como CERTOS (C) ou ERRADOS (E).
2. Examine se o seu caderno de prova está completo ou se há falhas ou imperfeições gráficas que causem qualquer dúvida. A CEV poderá não aceitar reclamações após 30 minutos do início da prova.
3. O cartão-resposta será o único documento válido para a correção da prova. Ao recebê-lo, verifique se o seu nome e o número de sua inscrição estão corretos. Se houver discrepância, comunique imediatamente ao fiscal de sala.
4. Não amasse nem dobre o cartão-resposta para que o mesmo não seja rejeitado pela leitora óptica.
5. Após receber o cartão-resposta, o candidato deverá ler as instruções nele contidas e seguir as seguintes rotinas:
 - a) copiar, no local indicado, duas vezes, uma vez com **letra cursiva** e outra com **letra de forma**, a frase que consta na capa do caderno de prova;
 - b) marcar, no cartão-resposta, pintando completamente, com caneta transparente de tinta azul ou preta, o interior do círculo correspondente ao número do gabarito que consta no caderno de prova;
 - c) assinar o cartão-resposta 2 (duas) vezes.
6. As respostas deverão ser marcadas, no cartão-resposta, pintando completamente, com caneta transparente de tinta azul ou preta, o interior do círculo correspondente à letra C (certo) ou E (errado), de acordo com o seu julgamento. É vedado o uso de qualquer outro material para a marcação das respostas. Será anulada a resposta que contiver emenda ou rasura, apresentar as duas opções de resposta assinaladas por item ou em branco, ou, ainda, aquela que, devido à marcação, não for identificada pela leitura eletrônica, uma vez que a correção da prova se dá por meio eletrônico.
7. O preenchimento de todos os campos do cartão-resposta da Prova Final será da inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.
8. Será eliminado do Concurso o candidato que se enquadrar, dentre outras, em pelo menos uma das condições seguintes:
 - a) não marcar, no cartão-resposta, o número do gabarito de seu caderno de prova;
 - b) não assinar o cartão-resposta;
 - c) marcar, no cartão-resposta, mais de um número de gabarito;
 - d) fizer, no cartão-resposta, no espaço destinado à marcação do número do gabarito de seu caderno de prova, emendas, rasuras, marcação que impossibilite a leitura eletrônica, ou fizer sinais gráficos ou qualquer outra marcação que não seja a exclusiva indicação do número do gabarito de seu caderno de prova.
9. Para garantia da segurança, é proibido ao candidato copiar o gabarito em papel, na sua roupa ou em qualquer parte de seu corpo. No entanto, **o gabarito oficial preliminar** e **o enunciado das questões da prova** estarão disponíveis na página da CEV/UECE (www.uece.br), a partir das 16 horas do dia 17 de maio de 2015, e a **imagem completa do seu cartão-resposta** estará disponível a partir do dia 21 de maio de 2015.
10. Qualquer forma de comunicação entre candidatos implicará a sua eliminação do Concurso.
11. Por medida de segurança, não será permitido ao candidato, durante a realização da prova, portar (manter ou carregar consigo, levar ou conduzir), dentro da sala de prova, nos corredores ou nos banheiros: armas, aparelhos eletrônicos (bip, telefone celular, smartphone, tablet, iPod, pen drive, mp3 player, fones de ouvido, qualquer tipo de relógio digital ou analógico, agenda eletrônica, notebook, palmtop, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, gravador, etc.), gravata, chaves, chaveiro, controle de alarme de veículos, óculos (excetuando-se os de grau), caneta (excetuando-se aquela fabricada em material transparente, de tinta de cor azul ou preta), lápis, lapiseira, borracha, corretivo, e outros objetos similares. Todos esses itens deverão ser acomodados em embalagem porta-objetos, disponibilizada pelo fiscal de sala, e colocados debaixo da carteira do candidato, somente podendo ser de lá retirados após a devolução do caderno de prova ao fiscal, quando o candidato sair da sala em definitivo.
12. Bolsas, livros, jornais, impressos em geral ou qualquer outro tipo de publicação, bonés, chapéus, lenços de cabelo, bandanas ou outros objetos que não permitam a perfeita visualização da região auricular deverão ser apenas colocados debaixo da carteira do candidato.
13. Na parte superior da carteira ficará somente a caneta transparente, o documento de identidade, o caderno de prova e o cartão-resposta.
14. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair do recinto juntos, após a aposição em ata de suas respectivas assinaturas.
15. O candidato, ao sair definitivamente da sala, deverá entregar o cartão-resposta e o caderno de prova, assinar a lista de presença e receber seu documento de identidade, sendo sumariamente eliminado, caso não faça a entrega do cartão-resposta.
16. Os recursos relativos à Prova Final deverão ser interpostos no site do concurso, localizado a partir do endereço eletrônico <http://www.uece.br/cev>, das 08 horas do dia 18 de maio até as 17 horas do dia 19 de maio de 2015.

PROVA OBJETIVA

Cada um dos 120 (cento e vinte) itens que compõem esta Prova Objetiva deverá ser julgado como **CERTO (C)** ou **ERRADO (E)** em conformidade com os conteúdos das disciplinas do Curso de Formação Profissional de Guarda Municipal, especificadas em negrito a seguir.

ITENS

Ética, Direitos Humanos e Cidadania

- () **01.** O uso legítimo da força pelo Agente de Segurança Pública, enquanto cidadão qualificado, não deve ser confundido com truculência, pois a fronteira entre a força e a violência é delimitada, no campo formal, pela necessidade técnica, no campo racional, pelo antagonismo que deve reger a metodologia de policiais e criminosos, e no campo moral, pela lei.
- () **02.** No que diz respeito à conceituação de moral e ética, é correto afirmar que moral é entendida como a ciência dos costumes, a qual difere de país para país, não permanecendo a mesma em nenhum lugar por muito tempo, enquanto ética representaria uma abordagem sobre o conjunto de valores e costumes mais ou menos permanente no tempo e uniforme no espaço.
- () **03.** Diferentemente das leis, os códigos de ética de categorias profissionais e de servidores públicos não trazem, em seu conteúdo, o conjunto de normas a serem seguidas e as penalidades aplicáveis no caso do não cumprimento dessas normas.
- () **04.** A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é a base da luta universal contra a opressão e a discriminação, defende a igualdade e a dignidade das pessoas e reconhece que os direitos humanos e as liberdades fundamentais devem ser aplicados a todos os indivíduos desde que vivam em conformidade com a lei.
- () **05.** Um dos aspectos dos direitos humanos dos policiais ou guardas municipais diz respeito à hierarquia que, sendo fundamental para o bom funcionamento da polícia, só pode ser verdadeiramente alcançada através do exercício da liderança dos superiores, o que pressupõe práticas bilaterais de respeito, competência e seguimento de regras lógicas e suprapessoais.

Concepções de Políticas de Segurança Pública e Funções dos Profissionais da Segurança Pública Urbana em uma Sociedade Democrática

- () **06.** Os Gabinetes de Gestão Integrada têm como propósito integrar as ações das polícias nas três esferas do Poder Executivo, bem como coordenar a institucionalização do Sistema Único de Segurança Pública nos estados e municípios, promovendo e facilitando a articulação entre as distintas instituições envolvidas com a questão da segurança pública.
- () **07.** O Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) apresenta-se como um sistema de unificação das agências federais, estaduais e municipais de segurança pública e de justiça criminal dentro dos marcos legais vigentes.
- () **08.** Políticas Estruturantes são políticas públicas operacionalizadas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), compostas por um conjunto de projetos que atuam de forma integrada e cuja execução busca articular exclusivamente as secretarias e os órgãos das instâncias estadual e municipal.
- () **09.** A Matriz Curricular Nacional para Formação de Guardas Municipais visa proporcionar instrumentos através dos quais todos os profissionais, de maneira autônoma, consigam refletir criticamente sobre o Sistema Único de Segurança Pública e empreender ações que colaborem com eficácia no Plano de Segurança de sua cidade.
- () **10.** A implementação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) ocorreu pela União, por meio da articulação dos órgãos federais, em regime de cooperação com os estados, Distrito Federal e municípios, e com a participação das famílias e da comunidade.
- () **11.** Os princípios e diretrizes introduzidos pelo PRONASCI na área da segurança pública passaram a ser orientadores de toda a política nacional conduzida pelo governo federal, e o seu conceito passou a direcionar todas as ações realizadas.

- () **12.** A Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) é uma tropa federal com caráter de força de intervenção, cuja finalidade é executar atividades e serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, sob o comando operacional da Inspetoria da Força Nacional.

Noções Básicas de Primeiros Socorros

- () **13.** A hemorragia classificada quanto ao tipo de vaso sanguíneo pode ser arterial, venosa ou capilar, e quanto à localização do vaso sanguíneo pode ser interna ou externa.
- () **14.** As ocorrências geradas por mecanismos de troca de energia, como colisões automobilísticas, quedas, queimaduras, choques em geral são classificadas como *clínicas*, enquanto as que são causadas por condições fisiológicas da vítima, como um mal-estar, um ataque cardíaco, desmaios, intoxicações, dentre outras são classificadas como *traumáticas*.
- () **15.** Dentre as etapas a serem seguidas durante a avaliação da cena, existe a etapa denominada *cinemática*, em que o socorrista deve procurar auxílio de pessoas próximas da cena, no sentido de ajudar a dar o espaço necessário para o atendimento prévio, chamar imediatamente o socorro especializado, desviar o trânsito de veículos, procurar manter a ordem e a calma entre as outras pessoas.
- () **16.** O socorrista faz o controle cervical colocando a sua mão que se encontra mais próxima da cabeça da vítima, na região frontal, sustentando-a com o dedo polegar e o dedo indicador.
- () **17.** No que diz respeito à verificação do pulso, em vítimas inconscientes, palpa-se o pulso radial e em vítimas conscientes, palpa-se o pulso carotídeo.
- () **18.** Diante de uma situação de desmaio, o socorrista deve deitar a vítima em decúbito ventral, com as pernas elevadas acima do tórax, mantendo a cabeça lateralizada e posicionada mais alta em relação ao restante do corpo.
- () **19.** A hemostasia é o controle de sangramento que pode ser efetuado por meio dos mecanismos normais de defesa do organismo isoladamente ou em associações com técnicas básicas e avançadas de tratamento médico.

Saúde e Qualidade de Vida do Operador de Segurança Pública Cidadã

- () **20.** Referindo-se à situação de saúde do trabalhador brasileiro, *doença do trabalho* diz respeito à doença produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade, e *doença profissional* é a doença adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, ambas constantes da relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social.
- () **21.** Atualmente, considera-se acidente do trabalho o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

A Guarda Municipal e sua Legislação Especial

- () **22.** Depois de 02 (dois) anos de efetivo exercício, o servidor poderá obter autorização de afastamento para o trato de interesse particular, por um período não superior a 10 (dez) anos, consecutivos ou não.
- () **23.** Os integrantes do Corpo da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza serão subordinados à disciplina básica da mesma, onde quer que exerçam suas atividades sujeitando-se também, às normas dos órgãos onde desenvolverem suas atividades, desde que estas não conflitem com as do Corpo da Guarda, que são soberanas.
- () **24.** Incluem-se entre os princípios norteadores da disciplina e da hierarquia da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza o respeito à dignidade humana, o respeito à cidadania e o respeito à justiça.
- () **25.** O conceito atribuído ao comportamento do servidor da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza será considerado para indicação para participação em cursos de aperfeiçoamento caso o comportamento do servidor seja considerado excelente ou bom, e submissão à participação em programa educativo se o comportamento do servidor for considerado insatisfatório ou ruim e a soma das penas de suspensão aplicadas for inferior a 30 (trinta) dias.

- () **26.** O ato de responder por qualquer modo desrespeitoso a servidor da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza, com função superior, igual ou inferior, ou a qualquer munícipe é considerado uma transgressão disciplinar de natureza grave do primeiro grupo.
- () **27.** Ocorrerá ressarcimento ao erário quando houver a perda do material de trabalho, no que importar prejuízos ao desempenho das atividades laborais.
- () **28.** Será aplicada a pena de demissão a bem do serviço público ao servidor que receber ou solicitar propinas, comissões ou vantagens de qualquer espécie, diretamente ou por intermédio de outrem, ainda que fora de suas funções, mas em razão delas.
- () **29.** No que diz respeito aos procedimentos disciplinares, fica a critério da autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público tomar ou não providências objetivando a apuração dos fatos e responsabilidades.
- () **30.** O inquérito administrativo deverá ser instaurado somente quando a falta disciplinar, por sua natureza, puder determinar a demissão ou a demissão a bem do serviço público de servidores estáveis.
- () **31.** No que concerne ao Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) dos Servidores da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza, o termo *Função* significa a posição do servidor na escala de vencimento, em função do cargo, do nível de capacitação e da classe.

Espaço Público, Guarda Municipal e Comunidade

- () **32.** Faixas de propaganda na fachada de prédios e propaganda móvel não podem ser consideradas formas de violação do espaço público por não constituírem ocupação indevida desse espaço, de acordo com a legislação municipal.
- () **33.** A ideia central da Polícia Comunitária reside na possibilidade de propiciar uma aproximação dos profissionais de segurança junto à comunidade onde atuam; é dar característica humana ao profissional de polícia, e não apenas um número de telefone ou uma instalação física referencial.
- () **34.** Policiamento Comunitário é uma filosofia de patrulhamento personalizado de serviço completo, onde o mesmo policial trabalha na mesma área, agindo numa parceria preventiva com os cidadãos instruindo-os para que estes possam por si só identificar e resolver seus próprios problemas.
- () **35.** O espaço público, aquele que pertence ao poder público e é de uso comum e posse coletiva, é gerenciado pelo governo, sendo proibida a sua utilização privada, salvo mediante concessão, permissão e autorização conforme o caso e o interesse público ou social o exigir.
- () **36.** Em espaços públicos destinados a logradouros, são permitidos alguns tipos de assentamentos, já as terras públicas não utilizadas ou subutilizadas serão prioritariamente destinadas à instalação de equipamentos coletivos e a loteamentos por empresas privadas, e repassadas à população pelo valor de mercado.
- () **37.** Forte solidariedade social, aproximação dos homens e mulheres em frequentes relacionamentos interpessoais, discussão e solução de problemas comuns, e o sentido de organização possibilitando uma vida social durável são traços que caracterizam uma comunidade.
- () **38.** No que diz respeito à segurança do indivíduo, é correto afirmar que ela envolve a clareza dos valores morais que lhe permitam distinguir o bem do mal, o sentimento de que não será perseguido por preconceito racial, religioso ou de outra natureza, e a expectativa de que não será vítima de agressão física, moral ou de seu patrimônio.

Violência e Segurança Pública

- () **39.** Um dos exemplos de proteção contra a violência direcionada a grupos em situação de vulnerabilidade social no Brasil é o Estatuto da Igualdade Racial, que tem por objetivo combater a discriminação racial e as desigualdades raciais que atingem os afro-brasileiros, incluindo a dimensão racial nas políticas públicas desenvolvidas pelo Estado.
- () **40.** Dentre os tipos de violência, considera-se violência estrutural aquela que tem como ponto crucial e fomentador a desigualdade produzida na sociedade: diz respeito a aspectos como a concentração de rendimentos e riqueza, a falta de acesso a direitos políticos e sociais para amplos segmentos da sociedade, ao desemprego estrutural, massivo e crônico.

- () **41.** A definição de violência dada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) associa intencionalidade com a realização do ato, independentemente do resultado produzido, e inclui incidentes não intencionais, tais como a maioria dos ferimentos no trânsito e queimaduras em incêndio.
- () **42.** A violência cometida contra o cidadão por funcionários públicos é considerada violência institucional.
- () **43.** Violência econômica ou financeira é um tipo de violência doméstica que corresponde a toda ação ou omissão que causa ou visa causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa.
- () **44.** Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher são órgãos da Justiça ordinária com competência cível e criminal, responsáveis por processar, julgar e executar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.
- () **45.** Os fatores criminógenos, estudados em criminologia, podem ser divididos de acordo com as causas *exógenas*, referentes a alterações de comportamento, fatores biológicos e psicológicos do criminoso, ou causas *endógenas*, relativas à influência do meio ambiente, a fatores sociológicos e socioeconômicos, entre outros.
- () **46.** No que diz respeito à causa da violência nas escolas, uma concepção mais ampla mostra a violência escolar como a interação entre três variáveis: *institucional*, que diz respeito a sexo, raça, origem socioespacial, religião e escolaridade dos pais; *social*, relativa à informação, à sociabilidade, a atitudes e opiniões, e *comportamental*, que corresponde à escola e à família.
- () **47.** Faz parte das ações do Pelotão de Segurança Escolar incentivar medidas de resolução não violenta de conflitos, buscando auxiliar na solução de problemas de forma pacífica através da mediação escolar ou de outras formas de resolução de conflitos e incentivar a direção da escola a notificar as ocorrências.
- () **48.** Tirar a pessoa de casa à força, amarrá-la, abandoná-la em lugar desconhecido e causar danos à sua integridade corporal decorrentes de negligência caracterizam-se como formas de violência física.

Noções de Policiamento Comunitário

- () **49.** Na comparação entre o modelo de Polícia Tradicional e o de Polícia Comunitária, é correto afirmar que na Polícia Tradicional a função do chefe é incutir valores institucionais, motivar os policiais e cobrar resultados, e no modelo de Polícia Comunitária, a função do chefe é prover as normas e as determinações que devem ser cumpridas pelos policiais.
- () **50.** De acordo com o conceito de Polícia Comunitária, conclui-se que essa visão de polícia não tem o sentido de "mobilização social", mas sim o de "assistência policial": nessa condição, entende-se que todas as forças policiais devem assumir um papel relevante na segurança da comunidade e nos serviços a ela ligados.
- () **51.** Uma das ideias através da qual se expressa o espírito de Polícia Comunitária é a de que o policial, na comunidade, além de garantir segurança, deverá exercer função didático-pedagógica, visando à educação social no sentido da solidariedade, do respeito ao próximo, da prevenção ao uso de drogas e ao cometimento de infrações penais.
- () **52.** Dentre os princípios de Polícia Comunitária encontra-se o princípio do comprometimento da organização com a concessão de poder à comunidade, para o qual, dentro da comunidade, os cidadãos devem ser convidados a participar, como plenos parceiros da polícia, dos direitos e das responsabilidades envolvidas na identificação, na priorização e na solução dos problemas.
- () **53.** O princípio de Polícia Comunitária denominado *Criatividade e Apoio Básico* é aquele em que a Polícia Comunitária pressupõe um novo contrato entre a polícia e os cidadãos aos quais ela atende, com base no rigor do respeito à ética policial, da legalidade dos procedimentos, da responsabilidade e da confiança mútua.

Técnicas de Mediação e Resolução de Conflitos

- () **54.** A *conciliação*, que pode ser formal ou informal, é o meio de solução de conflito no qual as pessoas conversam e encontram um acordo sem a necessidade da participação de uma terceira pessoa intermediária como ocorre em outras formas de resolução de conflitos.

- () **55.** Numa acepção moderna, mediação é o processo voluntário de ajuste de conflitos, no qual uma terceira pessoa imparcial e capacitada – escolhida ou aceita pelas partes – atua no sentido de encorajar e facilitar a resolução de uma disputa sem determinar qual a solução.
- () **56.** Os princípios da mediação classificados de acordo com os *mediados* são a informalidade do processo, a não competitividade e a competência do mediador.
- () **57.** No que concerne ao princípio da mediação referente à liberdade das partes, a mediação procura motivar e garantir a autonomia e a liberdade das pessoas durante a negociação, tendo em vista que o acordo construído só será efetivado mediante concordância e comprometimento dos envolvidos.
- () **58.** Na mediação de conflitos, o poder fundamental da tomada de decisão sobre as questões em disputa cabe ao mediador, pois ele é o responsável pelos resultados e pelo próprio andamento e desfecho do processo.

Atividades Sociopedagógicas da Guarda Municipal de Fortaleza de Caráter Preventivo e na Comunidade Escolar Cidadã

- () **59.** Dentre os tipos de operações da segurança escolar, encontra-se a operação *Blitz Escolar* que consiste na realização simultânea das operações Varredura, Escola Livre e Bloqueio Escolar; nessa operação, ocorrem buscas, revistas e abordagens, tanto no interior da escola quanto em seu exterior, abrangendo todo o perímetro de segurança escolar e suas adjacências.
- () **60.** Por meio das *palestras*, que também fazem parte do planejamento estratégico para a segurança escolar cidadã, é possível agir preventivamente nas questões relativas ao uso e ao porte de substâncias entorpecentes não autorizadas, nas situações de bullying e crimes de natureza sexual, e de enfrentamento da pedofilia.
- () **61.** Dentre as atividades do planejamento estratégico para a segurança escolar cidadã encontram-se as atividades *curativas* que dizem respeito à atuação eminentemente policial para reduzir a incidência de delitos, através da presença física e buscas pessoais, realizada com procedimentos especialmente desenvolvidos e programados, através da discussão e autorização dos pais, e conhecimento da justiça.
- () **62.** No modelo de Segurança Escolar Cidadã, o guarda deve atuar depois do delito, de forma reativa e geralmente repressiva.
- () **63.** É atribuição do Pelotão de Segurança Escolar – PSE – dar apoio motorizado às unidades escolares patrimoniais da Secretaria Municipal da Educação, nas operações de fiscalização, sistema eletrônico e monitoramento, garantindo a integridade física dos Agentes Municipais e alunos, bem como a segurança patrimonial através da execução de rondas diárias.
- () **64.** Não fazem parte das missões específicas do Guarda Municipal de Fortaleza na segurança escolar: efetuar prisões/apreensões, mesmo quando necessário e possível nos casos previstos em lei, e reprimir práticas delituosas, principalmente uso de drogas.
- () **65.** Comparando-se o modelo de segurança tradicional com o modelo de segurança escolar cidadã, é correto afirmar que no modelo de segurança tradicional, a eficácia do guarda é medida pelo baixo tempo de resposta e pela priorização do atendimento a casos mais sérios, enquanto na segurança escolar cidadã, o guarda se torna mais eficaz à medida que evita a ocorrência de um delito.

Atividades Sociopedagógicas da Guarda Municipal de Fortaleza de Caráter Preventivo na Preservação Ambiental

- () **66.** Quando o infrator causar poluição que possa provocar danos à saúde das pessoas, morte de animais e destruição de plantas será necessária a presença dos fiscais de meio ambiente para lavar o auto de infração.
- () **67.** Dentre as funções e atividades da Guarda Municipal, previstas em lei, encontram-se a vigilância e a preservação do meio ambiente, bem como a promoção de campanhas educativas de estímulo à preservação do meio ambiente.
- () **68.** De acordo com a lei que prevê os crimes ambientais, impedir ou dificultar a fiscalização ambiental pelos órgãos competentes configura-se como crime contra o ordenamento urbano e patrimônio cultural.

- () **69.** No que diz respeito à Lei Municipal de Combate à Poluição Sonora, o horário máximo de realização das atividades que utilizem equipamento sonoro, com seus respectivos parâmetros de emissão sonora, fica estipulado até 22:00h, sendo obrigada a realização de consulta à população da área nos casos em que for necessário ultrapassar o limite de horário fixado.
- () **70.** Destruir, danificar ou cortar árvores de florestas consideradas de preservação permanente sem a permissão da autoridade competente é um crime ambiental pelo qual a Guarda Municipal pode realizar prisão em flagrante.

Telecomunicação e os Serviços de Utilidade Pública como Instrumento na Prevenção da Violência e da Criminalidade, e a Orientação para o Relacionamento com a Mídia

- () **71.** Para relacionar-se bem com a imprensa, é preciso partir do pressuposto de que ela nasce de dois pilares da democracia – o direito à informação e o direito à opinião; dessa forma, fonte e jornalistas são os protagonistas da democracia, ainda que a notícia seja desabonadora para a fonte.
- () **72.** No que diz respeito à violência, os meios de comunicação podem, além de cobrar a solução de crimes, ser veículos disseminadores de uma cultura de paz, de não violência, o que os tornam estratégicos como forma de transformação social e política.

Uso de Radiocomunicação

- () **73.** A Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança – CIOPS – tem por finalidade integrar exclusivamente as ações da Polícia Militar, da Polícia Civil, da Polícia Forense e da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza.
- () **74.** O "trunking", ou rádio troncalizado, é um moderno sistema de comunicação que permite a transmissão de voz e de dados de forma segura e eficiente, onde só um usuário a cada vez pode falar dentro de um canal que lhe é previamente estabelecido.
- () **75.** De acordo com as instruções relativas às Práticas de Comunicação, havendo entendimento mútuo e camaradagem entre operadores, são permitidas conversações não oficiais, incluindo a transmissão de assuntos particulares, desde que não interfiram na comunicação relacionada ao serviço.
- () **76.** Escutar apenas o que interessa para si mesmo, sem contribuir para resolver uma ocorrência com outra equipe ou retransmitir uma mensagem é uma prática de radiocomunicação que deve ser evitada.
- () **77.** A fraseologia utilizada em radiocomunicação foi estabelecida com o objetivo de assegurar a uniformidade das comunicações radiotelefônicas, além de reduzir ao mínimo o tempo de transmissão das mensagens e proporcionar mensagens claras e concisas.

Registros de Ocorrências e Serviços

- () **78.** Os agentes de segurança da Guarda Municipal de Fortaleza devem registrar apenas ocorrências que influenciem diretamente na segurança do posto de serviço, de logradouros e equipamentos municipais, e de eventos realizados pela Prefeitura de Fortaleza.
- () **79.** A redação oficial deve caracterizar-se por: impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, clareza, concisão, formalidade e uniformidade.
- () **80.** Ocorrência pode ser definida como um acontecimento de um fato que foge da rotina normal do trabalho, exigindo a adoção de providências por parte do profissional de segurança e o correspondente registro do fato.
- () **81.** A adoção de um registro de ocorrências e de seus códigos (tipificações) pela Guarda Municipal deve-se à razão de buscar padronizar os instrumentos de registro e construir um sistema único de informações relativas aos atendimentos realizados pela instituição, cujo banco de dados deve ser de utilização restrita à Guarda Municipal.
- () **82.** O histórico constante no relatório de ocorrência corresponde à narração dos fatos de maneira clara e objetiva, de modo que o destinatário tenha plenas condições de entender o que realmente ocorreu e quais providências foram adotadas quando da ocorrência.

Noções de Direito Constitucional

- () **83.** Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- () **84.** A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e limita-se a três fundamentos: a soberania, a cidadania e a dignidade da pessoa humana.
- () **85.** Dentre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil encontram-se: construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- () **86.** Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
- () **87.** No que diz respeito à autonomia assegurada aos municípios pela Constituição Federal Brasileira, a *capacidade de autogoverno* garante a realização de eleições de prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e representantes do Poder Judiciário próprio de cada município.

Noções de Direito Administrativo

- () **88.** No que diz respeito à especificação dos atos administrativos, é correto afirmar que decretos, regulamentos, instruções normativas, regimentos, resoluções e deliberações são atos ordinatórios.
- () **89.** O Direito Administrativo, o Direito Civil e o Direito Comercial são vertentes do direito privado.
- () **90.** Embora o Direito Administrativo, no Brasil, tenha como fonte primária principal a lei, seus textos não estão compilados em um só corpo de lei; as normas administrativas estão distribuídas na Constituição Federal, em diversas leis ordinárias, complementares, delegadas, medidas provisórias, atos normativos com força de lei, e alguns decretos-lei ainda vigentes no País.
- () **91.** Um dos princípios norteadores de toda a atividade da Administração Pública que estão explicitamente dispostos no texto constitucional é o Princípio da Moralidade, pelo qual a Administração e seus servidores têm de atuar segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé.
- () **92.** Dentre os poderes administrativos inerentes à Administração Pública, o Poder de Polícia é aquele através do qual a lei permite à Administração Pública aplicar penalidades às infrações funcionais de seus servidores e demais pessoas ligadas à disciplina dos órgãos e serviços da Administração.

Noções de Direito Penal e Processual

- () **93.** Nos crimes de ação pública, o inquérito policial será iniciado *de ofício*, quando a autoridade policial entender haver indícios de autoria e materialidade do fato criminoso, ou mediante *requerimento* do Ministério Público juntamente com a *requisição* do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- () **94.** Tradicionalmente, entende-se que o Direito Penal visa proteger os bens jurídicos fundamentais às condições de existência e continuidade da sociedade, tais como a vida, a liberdade e a propriedade.
- () **95.** O princípio da anterioridade da lei penal, previsto no Código Penal Brasileiro, norteado pelo texto constitucional: "Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal." significa que uma lei penal incriminadora somente pode ser aplicada a um fato concreto, caso tenha origem antes da prática da conduta para qual se destina.
- () **96.** O crime de omissão cometido por agente que, por lei, tem a obrigação de cuidado, proteção ou vigilância é penalmente irrelevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado.
- () **97.** Praticado um fato definido como crime, surge para o Estado o direito de punir: esse direito se exercita através do processo penal, que pode ser definido como o conjunto de atos cronologicamente concatenados, submetido a princípios e regras jurídicas destinadas a compor as lides de caráter penal.

Técnicas de Vigilância e Segurança de Instalações

- () **98.** Para a identificação dos locais de possível vulnerabilidade quanto à *segurança da edificação*, devem ser investigados, dentre outros: os acessos ao telhado, a entrada de mercadorias e correspondência, as portas externas de acesso, os centros operacionais e os sistemas estruturais.
- () **99.** No que concerne à avaliação da segurança, atos irados, criminosos ou de vandalismo, bem como fraudes, desfalques e furto de informações são exemplos de ameaças intencionais.
- () **100.** No planejamento integrado de segurança, a *segurança perimetral* inclui a identificação de perímetros de segurança, a identificação de ameaças, a determinação de medidas preventivas e reativas, e o estabelecimento de políticas e estratégias de segurança.

Uso Diferenciado da Força

- () **101.** A aplicação progressiva da força compreende três elementos principais de ação: instrumentos, táticas e uso do tempo.
- () **102.** Sendo o exercício do poder para usar força e arma de fogo uma questão de função e não uma questão individual, qualquer uso desses meios que não esteja dentro do marco legal estará sujeito a uma crítica por excesso, desvio, abuso de autoridade ou poder.
- () **103.** Equipamento de proteção é o conjunto de procedimentos empregados em intervenções que demandem o uso da força, através do uso de instrumentos de menor potencial ofensivo, com intenção de preservar vidas e minimizar danos à integridade das pessoas.
- () **104.** No que concerne aos princípios essenciais do uso da força, o Princípio da Proporcionalidade é aquele pelo qual o emprego de força pelos Agentes de Segurança Pública deve ser sempre que possível dosado e moderado, visando reduzir o emprego excessivo da força e buscando mitigar ao máximo possíveis efeitos negativos decorrentes do seu uso ou até evitar que os produzam.
- () **105.** O Código de Conduta para Encarregados da Aplicação da Lei é um instrumento internacional, com o objetivo de orientar os Estados-membros quanto à conduta dos seus Agentes de Segurança Pública, buscando criar padrões para que as práticas de aplicação da lei estejam de acordo com as disposições básicas dos direitos e das liberdades humanas.
- () **106.** De acordo com o Código de Processo Penal Brasileiro, o emprego de força pelos Agentes de Segurança Pública no exercício profissional é permitido desde que a força seja indispensável no caso de resistência ou tentativa de fuga do preso.
- () **107.** Quanto aos níveis de uso da força, o nível de força III corresponde a uma atitude de resistência ativa do infrator, o que exige por parte do Agente de Segurança Pública, como resposta, o uso de táticas defensivas.

Técnicas de Preservação do Local de Ocorrência

- () **108.** De acordo com a rotina de atendimento aos locais de crime, o primeiro agente de segurança a chegar ao local deve averiguar se, de fato, existe a ocorrência que lhe foi comunicada; constatada a ocorrência, deverá comunicá-la à autoridade competente e tomar as primeiras providências para o isolamento do local, com a finalidade de preservar os vestígios lá existentes.
- () **109.** No local do crime, a polícia examinará todos os vestígios deixados na cena da prática do delito, objetivando esclarecer a mecânica e o móvel do delito, contribuindo de forma incontroversa para o processo judicial, já que constituem provas não repetíveis, produzidas exclusivamente na fase inquisitiva.
- () **110.** Em relação ao local de crime, em termos espaciais, denomina-se *local mediato* todo e qualquer lugar sem ligação geográfica direta com o local do crime e que possa conter algum vestígio ou informação que propicie ser relacionado ou venha a auxiliar no contexto do exame pericial.
- () **111.** Do ponto de vista técnico-pericial atual, entende-se por *corpo de delito* qualquer ente material relacionado a um crime e no qual é possível efetuar um exame pericial; é, portanto, o elemento principal de um local de crime, em torno do qual gravitam os vestígios e para o qual convergem as evidências.

Atuação da Guarda Municipal em Grandes Eventos

- () **112.** O cálculo a ser empregado a fim de definir o efetivo em locais de espetáculos públicos sofre a ação de inúmeras variáveis, dentre as quais se encontram: o local, a natureza da disputa a ser realizada, o tipo de público específico quanto à quantidade e ao nível social, e o momento psicológico.
- () **113.** Dentre os propósitos da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE/MJ) encontram-se: planejar, definir, coordenar, implementar, acompanhar e avaliar as ações de segurança para os Grandes Eventos, bem como promover a integração entre os órgãos de segurança pública federais, estaduais, distritais e municipais envolvidos com a segurança desses eventos.
- () **114.** Grandes eventos ou megaeventos demandam estrutura e organização de grandes proporções, pelo grande número de pessoas que reúnem em torno de um ou vários interesses, têm abrangência internacional, conquistam e atraem públicos de diversas idades para a cidade-sede e podem gerar melhorias para a economia e a comunidade locais.
- () **115.** Em grandes eventos, o pânico deve ter suas causas previstas, para que possa ser evitado, contudo, se ocorrer, os meios de Defesa Civil devem ser rapidamente acionados para conter o público e restaurar a ordem.
- () **116.** As operações em locais de espetáculos públicos devem ser realizadas por grupamentos especializados nestas modalidades de policiamento, como é o caso da Guarda Municipal de Fortaleza, que conta com seu próprio grupamento destacado especificamente para o atendimento de eventos denominado Batalhão de Eventos.

Noções de Proteção de Dignitários

- () **117.** Dentre as características básicas que devem ter os agentes que atuam na segurança de uma autoridade, encontram-se *Percepção e Coragem* que correspondem, respectivamente, ao vigor físico do agente para atender aos desgastes diários e a sua capacidade e seu preparo para atuar em cargas de serviço mais desgastantes e de longa duração.
- () **118.** A segurança pessoal do Prefeito e do Vice-Prefeito do Município de Fortaleza e outras autoridades indicadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, como previsto em lei, é responsabilidade exclusiva da Guarda Municipal de Fortaleza, não sendo permitida, para este fim, a participação dos Órgãos de Segurança Pública do Estado.
- () **119.** Os agentes que atuam mais próximos à autoridade, na área crítica, compõem o Módulo Básico de Segurança.
- () **120.** O nível de segurança considerado *especial* é aquele em que a autoridade está sujeita somente aos riscos habituais inerentes ao cargo que desempenha.